

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 126

Período: de 29/05/04 a 04/06/04

Franca – Brasil

- 1-EUA pressionam Brasil contra a “Lei do Abate”
- 2-Brasil deve revisar programa nuclear
- 3-Novo avião da presidência é comparado ao *Air Force One*
- 4-Ministério da Defesa afirma não ter recebido verbas para indenizar anistiados
- 5-Marinha une novo e antigo em navio veleiro
- 6-Missão de Estabilização comandada pelo Brasil assume as operações no Haiti
- 7- Ministério da Defesa descartou em definitivo as ações em favelas do Rio de Janeiro

EUA pressionam Brasil contra a “Lei do Abate”

Questões sobre a “Lei do Abate” vêm sendo levantadas pelos jornais desde a semana anterior, conforme mostrou o *Informe Brasil 125*. O Departamento de Estado norte-americano ameaçou o Brasil com cortes "relevantes" em programas de assistência ao país caso o governo brasileiro regulamente a chamada “Lei do Abate” sem atender às exigências impostas pelos Estados Unidos, publicou o jornal *Folha de S.Paulo*. O jornal *O Globo* disse ainda que os Estados Unidos só apoiariam a implementação da Lei do Abate se ela “satisfizer aos requisitos legais dos EUA”. Caso isto não acontecesse, as autoridades americanas deixariam de cooperar com o Brasil em operações contra o tráfico de drogas. A Lei do Abate prevê a derrubada de aviões que ingressarem no espaço aéreo brasileiro e que se recusarem a se identificar ou a cumprir ordens de pouso. Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, o Ministério da Defesa informou que regulamentará a lei quando o Brasil e seus vizinhos na Amazônia (Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela) fixarem regras semelhantes. Uma das exigências dos EUA é justamente que as leis de todos os países da região sejam totalmente uniformes. Os Estados Unidos temem que, no caso de uma derrubada acidental de aviões, baseada em informações equivocadas, também sejam responsabilizados americanos envolvidos na troca de informações com o Brasil – como na tentativa de se localizar a aeronave ou determinar se ela é usada para narcotráfico – e que haja processos judiciais contra os fabricantes dos componentes dos aviões militares, muitos deles americanos. O Brasil disse que toda a tecnologia já utilizada na vigilância da Amazônia e que será utilizada nos aviões-radar e nos de ataque é totalmente nacional. Além disso, todas as operações serão feitas somente em território brasileiro. O Ministério da Defesa divulgou nota relatando que o Brasil tem "confiança em que o governo dos Estados Unidos, nas próximas reuniões interministeriais que se realizarão em Washington, tomará uma decisão favorável a este respeito", já que os EUA compreendem a "pertinência deste recurso para um combate eficaz ao tráfico de drogas internacional". A nota diz ainda que o controle do espaço aéreo brasileiro é realizado por um sistema totalmente

nacional. (Folha de S.Paulo – Brasil - 29/05/04; O Globo – Primeiro Caderno 29/05/04).

Brasil deve revisar programa nuclear

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, disse que o Brasil deve revisar seu programa nuclear para definir se ele continuará o mesmo ou se permitirá o enriquecimento e a exportação de urânio para fins pacíficos. O ministro da Ciência e Tecnologia declarou que a decisão de vender urânio a outros países depende da revisão de uma decisão política de não comercializar o minério. (Folha de S. Paulo – Brasil – 29/05/04).

Novo avião da presidência é comparado ao *Air Force One*

O *Globo* publicou reportagens sobre o novo avião presidencial, um Airbus Corporate Jetliner (ACJ), modelo vip da Airbus, encomendado pelo Ministério da Defesa. O avião contará com elementos que propiciarão conforto ao presidente e aos outros passageiros, além de algumas modificações para atender a exigências de segurança, como equipamentos especiais destinados à proteção e segurança da aeronave. O avião contará também com um Sistema de Comunicação da Presidência da República (Siscom) que terá linha de telefone, computador, celular, fax e impressora. Há previsão de se instalar, no futuro, equipamento do Sistema Brasileiro de Comunicação Militar por Satélite (Siscomis). Segundo o jornal “O avião está sendo preparado para permitir ao presidente despachar de seu interior e para funcionar como um posto de comando no ar. Nos documentos, os militares chegam a compará-lo ao *Air Force One*, a aeronave do presidente dos EUA”. Nomeado de Projeto VC-X, o processo de compra do avião presidencial está sendo conduzido pelo Comando da Aeronáutica. O governo dispensou a licitação alegando questão de “segurança nacional” já que a divulgação de detalhes técnicos do avião poderia pôr em risco a proteção do presidente. Como consta no jornal, em um documento confidencial sobre o assunto, o Comando da Aeronáutica incluiu até o risco de o avião ficar vulnerável a ataques terroristas. O projeto prevê instalação de armamento de uso exclusivo das Forças Armadas. Outra preocupação do Comando da Aeronáutica é a de que, com a licitação, um país distante vencesse a concorrência, o que dificultaria o rastreamento da origem e do destino dos equipamentos e sistemas que integram o avião. No contrato com o governo, a Airbus se compromete a não divulgar qualquer assunto sigiloso classificado como “segredo” ou “ultra-segredo” relacionado ao avião. A empresa deverá entregar a aeronave “livre de artefatos de espionagem”. O Airbus ACJ irá substituir o Sucatão, um Boeing 707, considerado obsoleto e com alto consumo de combustível e deverá ser entregue em dezembro deste ano. (O Globo – Primeiro Caderno - 30/05/04).

Ministério da Defesa afirma não ter recebido verbas para indenizar anistiados

O *Jornal do Brasil* noticiou que o Ministério da Defesa emitiu nesta semana uma nota na qual alega não ter recebido do Ministério do Planejamento os recursos necessários para indenizar os anistiados políticos militares. Contudo, ressaltou que os equívocos e incorreções ocorridos serão corrigidos sem que haja prejuízo aos militares vítimas da ditadura. De acordo ainda com esta nota, o ministério informou que as Forças Armadas estão tomando providências para reintegrar, promover e identificar os anistiados políticos, mas que o Comando da Aeronáutica tem encontrado dificuldades devido à grande quantidade de anistiados. O Ministério alegou que alguns anistiados não são pagos porque seus processos estão incompletos e retornam para a Comissão de Anistia. (*Jornal do Brasil – Brasil – 30/05/04*).

Marinha une novo e antigo em navio veleiro

O jornal *Folha de S.Paulo* publicou reportagem sobre o navio veleiro da Marinha, Cisne Branco, conhecido pela sua mistura de tecnologia e tradição. O veleiro é um dos navios que desperta mais interesse entre os que servem à Marinha. Como as Forças Armadas vivem um corte de recursos, muitos navios saem pouco ao mar. O Cisne Branco, com tripulação fixa de apenas 51 homens e custos de manutenção relativamente baixo, é uma exceção. Sua função é servir de representação diplomática e de instrução em marinharia e tradições navais. (*Folha de S.Paulo – Cotidiano - 30/05/04*).

Missão de Estabilização comandada pelo Brasil assume as operações no Haiti

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu oficialmente neste dia 01 de junho, a Missão para Estabilização do Haiti (*Minustah*, em francês), formada por um contingente de 23 países e liderada pelo Brasil. Na cerimônia foi realizado um ato simbólico de troca de comando, no qual a Força Militar Interina (FMI), liderada pelos Estados Unidos entregou sua autoridade à Missão de Estabilização, comandada pelo general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira. No entanto, a força de paz só deverá assumir os trabalhos no dia 20 deste mês, quando o contingente de 6.700 soldados estiver completo. O general brasileiro afirmou que toda missão de paz oferece riscos aos soldados, já que há a possibilidade da população local hostilizá-los caso tenha “seus interesses contrariados” e reforçou que por esse motivo os homens sob seu comando mostrarão aos haitianos que estão dispostos a ajudar. O general Augusto Heleno declarou ainda que há a necessidade de apoio financeiro para combater a pobreza que assola o Haiti. O comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, disse que a Missão de Estabilização é uma oportunidade para que os soldados brasileiros se aperfeiçoem e projetem o Brasil internacionalmente e fortaleçam a candidatura brasileira a uma vaga permanente no Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas (ONU). Até agora, só estão formalmente confirmadas as participações do Brasil (1.200 soldados), Argentina (500) e Chile (560), cerca de 2.200 militares já confirmados do total de 6.700 especificados no mandato da Organização das Nações Unidas. Cerca de 47 brasileiros já estão no país

cuidando dos preparativos para a chegada dos demais, sendo que já foram descarregadas 35 toneladas de equipamentos e suprimentos transportadas nos aviões Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB). O general Augusto Heleno Pereira tomará as principais decisões nas esferas políticas, enquanto o comando diário das operações fica nas mãos de um Estado-Maior com 41 militares de diversos países, chefiados por um coronel canadense. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva despediu-se, no dia 31 de maio, de um agrupamento de 150 soldados e oficiais, sendo 120 do Exército e 30 do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha, bem como emitiu mensagens de apoio. Por sua vez, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, declarou que “situações de hostilidade são improváveis” nesta operação. Contudo, o presidente interino do Haiti, Gerard Latortue, afirmou que as tropas de paz da ONU terão que desarmar 15 mil homens de grupos armados. A tropa brasileira estará completa no Haiti até o dia 19 de junho, de acordo com a *Folha de S. Paulo*. Segundo publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, neste dia 02, o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, enalteceu a decisão do Brasil de assumir o comando da operação de paz no Haiti, dizendo que “os EUA não poderiam esperar melhor parceiro na estrada da estabilização e paz do Haiti”. Este mesmo jornal informou que a Comissão de Assuntos Humanitários da ONU deixou claro que espera que soldados brasileiros ajudem nos trabalhos que se seguem às enchentes que atingiram o Haiti. Segundo a *Folha de S. Paulo*, na quinta-feira (03) um caminhão com militares brasileiros fez um rápido contato com a população do Haiti. Durante o contato receberam dos haitianos pedidos de trabalho na missão da ONU para estabilização do país. O coronel Luiz Felipe Carbonell, oficial de comunicação social da Brigada Haiti, respondeu que certamente haitianos seriam contratados, mas que a principal função da tropa brasileira era prover segurança. O jornal apontou que existe um grande risco de decepção dos haitianos com a substituição da força multilateral interina, liderada pelos EUA, pela força de “capacetes azuis” da ONU, comandada pelo Brasil. (Folha de S. Paulo – Brasil – 29/05/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 31/05/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 29/05/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 30/05/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 04/06/04; Jornal do Brasil – Internacional – 29/05/04; Jornal do Brasil – Internacional – 02/06/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/06/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/06/04; O Globo – O Mundo – 29/05/04; O Globo – O Mundo – 31/05/04; O Globo – O Mundo – 01/06/04; O Globo – Mundo – 02/06/04).

Ministério da Defesa descartou em definitivo as ações em favelas do Rio de Janeiro

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o Ministério da Defesa descartou na quinta-feira (03) em definitivo a utilização das Forças Armadas nas ocupações nas favelas do Rio de Janeiro. O jornal lembra que o pedido de uso das tropas foi feito pela governadora Rosinha Matheus, mas que esse esbarra em limitações jurídicas. Segundo a assessoria especial do ministro José Viegas, as forças federais só atuarão na busca e apreensão de armas que tenham sido desviadas dos quartéis, mantendo o modelo atualmente praticado. Um levantamento feito pelo referido

ministério mostra que no primeiro quadrimestre de 2004 foram desviadas das três forças, em todo o Brasil, 20 armas, sendo que 14 foram recuperadas. No Exército, em todo o País, foram extraviadas, de 2001 a 2004, 68 armas, sendo todas posteriormente recuperadas. Na área do Comando Militar do Leste - que compreende os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo - foram computados, em 2003 e 2004, extravios de seis armas. Estes foram recuperados juntamente com outros armamentos extraviados em anos anteriores. Com base nestes dados, o Ministério da Defesa argumenta a desnecessária presença das Forças Armadas nas favelas, já que segundo o órgão, a quantidade de armas desviadas dos quartéis brasileiros é pequena e seguramente não representa parcela considerável dos arsenais disponíveis nas favelas e morros cariocas. Ademais, para o ministério, a busca e apreensão de armas de fogo de uso restrito - que não tenham sido desviadas das Forças Armadas - é da competência da polícia. O emprego das Forças Armadas, neste caso, somente poderá acontecer quando for determinado judicialmente. Isto deve ser feito por meio de competente mandado, que deverá ser específico e conter os procedimentos a serem adotados, não permitindo missões de busca a possíveis arsenais dos criminosos apenas por suspeitas. A discussão sobre utilização de tropas no Rio, garantem os assessores de Viegas, ainda esbarra na legislação federal. O ministro da Defesa determinou o imediato atendimento ao governo estadual nas áreas de Logística, Inteligência, Instrução e Adestramento, que independem do emprego de militares em ações repressivas de policiamento. Segundo o ministério, pelo menos três pedidos do governo do Estado já eram praticados antes do convênio: treinamento de pessoal, apoio com cessão de equipamentos e com o serviço de inteligência. A polícia fluminense usou óculos de visão noturna na ocupação da Rocinha e tem usado metralhadoras e fuzis automáticos leves (Fals) do Exército. (Jornal do Brasil – Rio – 04/06/04).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

**O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis

Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy, Ana Claudia Jaquetto Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.